



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais
Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior
Conselho Consultivo do Setor Privado

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 18ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO SETOR PRIVADO (CONEX)

Realizou-se, no dia 24 de março de 2021, por meio telemático, a 18ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Setor Privado (CONEX) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). A reunião, realizada via Microsoft Teams, teve início às 10:00 e se encerrou às 13:10. Os temas em deliberação constam na Agenda - documento SEI 14193821 do Processo SEI Economia nº 19971.100211/2021-25. A reunião foi presidida pelo Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais, Roberto Fendt, mediada por Giovanna Jardim, Assessora de Comunicação da In Press Oficina, e contou com a presença dos seguintes membros:

- Lígia Dutra, suplente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA);
- Gabriella Dorlhiac, suplente do Comitê Brasileiro da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil);
- Ailton Nascimento, suplente da Stefanini;
- Alexandre Boucinhas, suplente da IBRAME;
- Francisco Gomes Neto, titular da Embraer;
- Grazielle Parenti e Luiz Tavares, titular e suplente da BRF;
- Jorge Sukarie Neto, titular da Brasoftware;
- José Ricardo Bihl, suplente da Petruz Fruity.
- Mario Marchini, titular da AMCM;
- Ronaldo Valentino da Cruz, titular da Oktagon;
- Valdemir Paulino, suplente da Copacol;
- Augusto Oliveira, suplente do Instituto de Defesa Coletiva;
- Fábio Zacharias e Henrique Liam, titular e suplente da PROTESTE;
- Prof. Marcos Jank, pesquisador;
- Prof. Romero Tavares, pesquisador;
- Prof. Roberto Rodrigues, pesquisador;
- Prof. Sandra Polónia Rios, pesquisadora.
- Embaixador Luiz Cesar Gasser, do MRE;

Também estiveram presentes:

- Carlos Pio, Secretário-Executivo da Secretaria Executiva da CAMEX/ME;
- Ana Repezza, Secretaria Executiva-Adjunta da Secretaria Executiva da CAMEX/ME;
- Leonardo Lahud, da Secretaria de Comércio Exterior SECEX/ME;
- Márcio Lima, Subsecretário de Investimentos Estrangeiros da CAMEX/ME;
- Natasha Miranda, da Secretaria de Produtividade, Emprego e Competitividade (SEPEC);
- Fabrizio Panzini e Constanza Biasutti, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Registrou-se a ausência dos seguintes conselheiros:

- Luigi Nesse e Alain Baldacci, titular e suplente da Confederação Nacional de Serviços (CNS);
- Robson Braga de Andrade, titular da Confederação Nacional da Indústria;
- Carlos Eduardo Abjaodi, suplente da Confederação Nacional da Indústria, por circunstâncias excepcionais de enfermidade; e
- Prof. Honório Kume, pesquisador.

Item 1 – Abertura e boas-vindas

O Secretário Roberto Fendt, presidente do Conselho, iniciou a reunião cumprimentando os participantes e fazendo uma retrospectiva das reuniões realizadas entre 01 e 04 de fevereiro de 2021 para levantamento das demandas dos quatro segmentos da sociedade civil representados no CONEX: entidades representativas, empresários, acadêmicos e entidades de defesa do consumidor. A discussão em torno dos quatro pilares estratégicos apontados pelo Conselho em sua 17ª Reunião Ordinária (estrutura tarifária, agenda regulatória, financiamento as exportações e promoção comercial) resultou em mais pontos de convergência que divergência.

Em sua recapitulação, citou os eixos de estrutura tarifária e promoção comercial como os mais comentados. A agenda comercial brasileira foi considerada um problema emergencial em todos os quatro pilares. Os grupos mencionaram a necessidade de campanhas de divulgação internacional voltadas ao desenvolvimento sustentável. Houve manifestações em torno de problemas e soluções de cada setor em particular, principalmente no eixo estrutura tarifária, em função das elevadas taxas de importação e impostos enfrentados pelos produtos brasileiros em suas vendas internas. Muitas ideias giraram em torno da participação do setor privado no processo de revisão da TEC e de aproximação do Brasil aos parâmetros internacionais em questões tarifárias e regulatórias. Já que os membros esperam que o debate produza ações concretas, a SE-CAMEX propôs a inclusão de um 5º eixo (Governança) ao plano de trabalho do CONEX 2021-2022, permitindo a interação do CONEX com os demais colegiados da CAMEX. Neste sentido, a Controladoria-Geral da União (CGU) contribuirá com o mapeamento de processos do colegiado.

O Secretário Fendt passou algumas instruções sobre a organização do trabalho: as iniciativas validadas pelos membros para a composição do plano serão classificadas de acordo com seu estágio de desenvolvimento, quais sejam: discussão (prazo de 3 a 6 meses), elaboração de recomendação (prazo de 45 a 90 dias) e monitoramento. Os líderes das iniciativas deverão promover o engajamento dos demais membros do CONEX nas discussões e produção de conteúdo, em coordenação com a SE-CAMEX, que por sua vez fará o acompanhamento da evolução dos resultados do plano de trabalho, apresentando relatórios semestrais aos membros do conselho. Informou, por fim, que o relatório deverá ser aprovado por maioria simples do colegiado, conforme o artigo 8º do Regimento Interno do CONEX, assim como eventuais alterações e ajustes nas iniciativas.

Em seguida, a Sra. Giovanna Jardim, Assessora de Comunicação da In Press Oficina, informou aos membros que o presidente do Conselho estava propondo uma inversão de pauta: o item referente ao Plano de Trabalho (item 4 da agenda) seria discutido após a aprovação da ata da 17ª Reunião Ordinária (item 2 da agenda). Nenhum membro se manifestou contrário à proposta.

Item 2 - Aprovação de atas

A Sra. Giovanna Jardim informou que a minuta de ata da 17ª Reunião havia sido circulada aos membros por e-mail e as sugestões recebidas foram, na medida do possível, incorporadas ao documento. A versão a ser aprovada aos membros seria a do documento SEI nº 14239696. Em seguida, passou a palavra à Secretária Ana Repezza, para conduzir a deliberação.

Após cumprimentos aos participantes, a Secretária Ana Repezza conduziu a votação para aprovação da ata. Questionou se algum membro teria alguma manifestação contrária à versão do documento que estava sendo apresentado para a votação.

O Sr. Fabrizio Panzini da CNI fez a ressalva de que a aproximação aos parâmetros da OCDE ultrapassa o tema de estrutura tarifária, além de desejar alterar dois títulos. Seus comentários foram enviados por *chat* para retificação.

A versão final da ata, já contemplando os ajustes solicitados pela CNI, foi aprovada ao final da reunião [02:59:54].

Item 3 - Relato e deliberação: Plano de Trabalho para o biênio 2021-2022

A Sra. Giovanna reforçou o objetivo da reunião: aprovação do plano de trabalho (documento SEI Economia nº 14387426 do processo nº 19971.100092/2021-19). Relembrou as reuniões realizadas em fevereiro com cada segmento da sociedade civil representado no CONEX, de onde foram extraídos os apontamentos para a criação de uma nuvem de palavras para cada eixo. Os eixos também foram resumidos por frases, a seguir:

- 1º Eixo – Estrutura tarifária: *"precisamos de um plano estratégico para a política comercial brasileira"*.
- 2º Eixo – Agenda Regulatória: *"os temas regulatórios e de competitividade de comércio exterior são os de maior relevância para aprimorar o ambiente de negócios no país"*.
- 3º Eixo - Financiamento às Exportações: *"é necessário debater medidas para modernizar, fortalecer e preservar o sistema público de financiamento às exportações e investimentos"*.
- 4º Eixo - Promoção Comercial: *"a tendência é o aumento de barreiras e requisitos que impedirão os produtos brasileiros de atingirem o mercado interno de outros países, em razão da agenda ambiental"*.

Continuando a apresentação (disponível no documento SEI Economia nº 15503583), a Secretária Ana Repezza explicou em detalhes o sistema de classificação das iniciativas em quatro estágios de maturidade (discussão, elaboração de recomendação, monitoramento e concluída), bem como o fluxo de trabalho em cada estágio. Adiante, apresentaria as iniciativas para votação, de modo que os conselheiros avaliassem se estão conforme as demandas e se estão classificadas no estágio de maturidade correto. Lembrou que as deliberações no CONEX são por maioria simples do quórum.

Deliberação do Eixo 1 - Estrutura Tarifária

A Secretária Ana Repezza apresentou as iniciativas do Eixo 1 por ordem de estágio de desenvolvimento, a seguir:

- Estágio de discussão: definição de uma estratégia ampla para a política comercial brasileira; avaliação do impacto da redução de tarifas para máquinas e equipamentos agrícolas; e levantamento de temas da TEC com impacto direto aos consumidores finais brasileiros.
- Estágio de elaboração de recomendação: apoio à ratificação do acordo Mercosul-EUE.
- Estágio de monitoramento: engajamento do setor privado no processo da reforma da TEC.

Após detalhar cada uma das iniciativas, a Secretária Ana Repezza abriu a palavra para comentários.

O Sr. Fabrizio Panzini comentou que a CNI concorda com a iniciativa 4.1.1 (Definição de estratégia ampla para a política comercial brasileira) como um todo, porém ressaltou que não basta celebrar acordos de dupla tributação, é preciso mudar o modelo para convergir minimamente com padrões OCDE e também rever o modelo de Acordo de Investimentos do Brasil. Comunicou que o setor industrial não tem interesse em acordos com a Ásia, por conta de práticas não de mercado, e sim com os EUA, União Europeia, Reino Unido, Canadá e América do Sul. Mostrou-se contrário às propostas de avaliação de impacto (no caso de máquinas agrícolas e consumidor), principalmente sob a exclusiva perspectiva da cadeia à jusante e também por conflitar com o ponto de revisão da TEC de forma geral. Propôs que qualquer estudo de impacto leve em consideração a cadeia à montante e à jusante, o emprego, a produção e o investimento na cadeia.

O Sr. Henrique Liam da Proteste defendeu o ponto de vista do consumidor transversal, independente do setor de atuação. Segundo ele, o objetivo é apenas listar os produtos com maior impacto na vida do consumidor.

O Sr. Luiz Tavares da BRF se mostrou favorável à análise dos produtos com impacto diretamente no consumidor, como o caso das resinas PP e PE que afetam os custos de embalagem. Na qualidade de indústria de alimentos, enfatizou enorme interesse em negociações com a Ásia. Por último apoiou a fala do Sr. Fabrizio sobre os acordos de bitributação.

O Sr. Mario Marchini da AMCM reforçou uma demanda já colocada pelo setor de curtume: o alto custo de importação das peças de reposição, pelo qual solicita a aplicação do regime de Ex-Tarifário. Fora da agenda, defendeu a volta do Reintegra enquanto não houver a reforma tributária. Por último, sugeriu modificar o título “Política Comercial Brasileira” para “Política Brasileira de Comércio Exterior”.

A Prof. Sandra Rios fez colocações técnicas sobre demandas que não se encaixam dentro do tema estrutura tarifária. Sugeriu a abertura de item maior, a ser chamado de “Estratégia de Política de Comércio Exterior” para acomodar a iniciativa 4.1.1 e o acordo Mercosul-União Europeia. Embora entenda que nada impeça a realização de estudos para avaliar o impacto dos bens de consumo final ou das tarifas sobre máquinas agrícolas, solicitou que se busque coerência em relação a esses temas como um todo.

A Sra. Gabriella Dorlhiac da ICC reforçou a opinião da Prof. Sandra de que a iniciativa 4.1.1 e a reforma da TEC devam ser discutidos de forma mais estratégica em um eixo a parte. No caso da TEC, propôs primeiro discutir a estratégia para depois descer aos pontos mais específicos. Solicitou que o CONEX mantenha sua postura multisetorial focando em soluções multisetoriais para o país.

O Prof. Roberto Rodrigues pediu que se incluía no item 4.1.1 a escalada tarifária, como um tema central para a agroindústria brasileira.

A Sra. Lígia Dutra da CNA complementou a fala do Prof. Roberto, sugerindo que a diversificação das exportações conste dentro dessa estratégia ampla. Também propôs a ampliação da equipe negociadora do Brasil. Por fim ressaltou a importância da Ásia para o comércio internacional. Segundo ela, é preciso achar soluções para lidar com a realidade de que a China é o principal parceiro comercial de todo o mundo.

O Sr. Augusto Oliveira do IDC reforçou a opinião do Sr. Liam, explicando que o item 4.1.3 (Redução das tarifas de importação sobre bens que afetam diretamente os consumidores finais) propõe um debate plural, sem deixar de levar em consideração a competitividade da indústria nacional, e que a ideia é corrigir distorções na TEC que possam levar a baixas condições de preço, qualidade, segurança em produtos em detrimento do consumidor.

O Sr. Ailtom Nascimento da Stefanini corroborou os comentários da Sra. Lígia sobre inclusão da Ásia; da Sra. Grazielle sobre um plano multisetorial que incluía serviços; e do Sr. Mario sobre o Reintegra, já que o setor de serviços sempre ficou de fora desse tipo de benefício.

O Prof. Marcos Jank reforçou o protagonismo da Ásia por representar 66% das exportações agrícolas. Para ele, não se trata apenas de cativar acordos comerciais e sim melhorar as regras do jogo. Citou o 14º Plano Quinquenal da China, que traz um capítulo sobre revitalização de áreas rurais e a busca de autossuficiência em diversos produtos. Mostrou preocupação com a pressão da área ambiental e o *Food Systems Summit*, que reunirá os temas de Agricultura, Saúde, Meio Ambiente e Alimentação através da ONU, os quais poderão significar barreiras ao Brasil.

O Prof. Romero Tavares reforçou os comentários da Prof. Sandra e da Sra. Gabriela para que os temas mais estratégicos sejam retirados de estrutura tarifária e passem a compor um novo eixo. Propôs que o grupo confronte prós e contras sob a perspectiva do que for melhor para o Brasil, de modo que o grupo seja mais aspiracional que setorial ao formular suas recomendações. Por último, reforçou os comentários do Sr. Fabrizio e do Sr. Luiz Tavares sobre o maltrato tributário das transações internacionais, dispondo-se a contribuir para a ligação entre comércio exterior e tributação internacional, em especial à harmonização de padrões.

Postos todos os comentários, a Secretária Ana Repezza agradeceu todas as manifestações, as quais compilou e respondeu da seguinte forma:

- Enquadramento dos temas: será criado um 6º eixo para tratar de política comercial como um todo.
- Escalada tarifária: confirmou constar na discussão. A partir da aprovação do plano de trabalho, o grupo terá que definir lideranças, termo de referência e prazo de execução nos próximos 45 dias. Outros pontos colocados pelos conselheiros serão detalhados na altura de elaboração do termo de referência.
- Estudos específicos: esclareceu que a proposta de estudos impacto sobre o agronegócio e consumidores são iniciativas em fase de discussão. A solicitação de alteração de texto por parte da CNI será detalhada na fase de termo de referência.
- Reforma da TEC: explicou não haver conflito entre estudos que mostrem impactos em trechos da TEC com uma ampla reforma da TEC. Propôs que a reforma da TEC entre no documento de Diretrizes da Estratégia Nacional de Comércio Exterior em função de sua transversalidade.
- Ex-Tarifários: propôs que este tema seja incluído na discussão da estratégia de comércio exterior brasileira, com o objetivo de avançar numa redução estruturada e significativa dos impostos também para peças de reposição.
- Reintegração de créditos tributários: por ser um tema de competência da Receita Federal, sugeriu colocar e manter sob monitoramento para avaliar se será tratado pela reforma tributária.

A Secretária concluiu que todas as iniciativas Eixo 1 foram aprovadas, exceto a primeira delas, que foi migrada para o recém-criado 6º eixo; e que o Reintegra será reclassificado como iniciativa para monitoramento [01:26:51].

Deliberação do Eixo 2 - Agenda Regulatória

A Secretária Ana Repezza apresentou as iniciativas do Eixo 2 por ordem de estágio de desenvolvimento:

- Estágio de discussão: inserção da agenda de sustentabilidade na política comercial brasileira.
- Estágio de elaboração de recomendação: criação de um fórum para a discussão dos temas regulatórios que impactam a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional; criação de um fórum específico para os temas que impactam o comércio exterior de serviços; capacitação de pequenas e médias empresas para as exigências internacionais.
- Estágio de monitoramento: digitalização do comércio exterior brasileiro, inclusive certificação sanitária e fitossanitário digital; melhoria do ambiente regulatório para atração de IED; ampliação da participação do comércio exterior eletrônico no comércio exterior brasileiro.

Após detalhar cada uma das iniciativas, a Secretária abriu a palavra para comentários.

O Sr. Fabrizio Panzini sugeriu que o item 4.2.5 (ampliação da digitalização do comércio exterior brasileiro, incluindo a digitalização e agilização dos processos de certificação sanitária e fitossanitária- e-phyto) seja classificado como elaboração de recomendação ao invés de monitoramento. Solicitou que a reativação do GT

Serviços fique vinculada ao tema de dupla tributação, já que a grande insegurança jurídica dos acordos de dupla tributação está em serviços. Propôs que a pauta do comércio eletrônico inclua a parte tributária e tributária internacional. Pediu prioridade para internalizar o acordo de comércio eletrônico do Mercosul, com o Chile e o da OMC. Detectou como ausências, o investimento sob a ótica das multinacionais brasileiras, a expatriação de mão de obra, a lei de preços de transferência e a alteração da lei de tributação de lucros no exterior. Por último, propôs que sejam reposicionadas para o centro da agenda, a Dupla Tributação (ADT) e a tributação dos lucros das multinacionais no exterior.

O Sr. Henrique Liam da Proteste reforçou a importância da inclusão da agenda de sustentabilidade, apoiando seu deslocamento para o 6º eixo, de modo que se tenha um olhar transversal.

O Prof. Romero Tavares enfatizou a fala do Sr. Fabrizio sobre tributação internacional, alegando que o Brasil, do ponto de vista tributário, maltrata o investimento estrangeiro nos dois fluxos. Mencionou a importância de se fazer análises de impacto ligando investimento e atuação de multinacionais com o comércio exterior, a fim de evidenciar a direta relação entre os temas.

A Sra. Gabriella Dorlhiac da ICC apoiou a transferência da sustentabilidade para o 6º eixo estratégico, justamente por passar pela capacitação de pequenas e médias e por seu potencial de fortalecer a imagem de produtos e serviços brasileiros no exterior.

O Sr. Luiz Tavares da BRF reforçou que a sustentabilidade e a governança corporativa são temas transversais. Solicitou que temáticas como tratamento do investimento brasileiro no exterior e expatriação também sejam abordadas neste eixo.

O Embaixador Luiz Cesar Gasser do MRE destacou a dupla face da agenda de promoção de investimentos: as multinacionais brasileiras e a atração de investimentos. Informou que o CONINV está dedicado a aperfeiçoar os mecanismos e as práticas regulatórias. Assim como a CNI, reconheceu a importância de se revisar o modelo brasileiro de acordos de investimentos, desde que se tenha cuidado com certas cláusulas atualmente criticadas, como a arbitragem investidor-estado. Também enfatizou mais atenção aos acordos e facilitação ao empresário brasileiro que investe no exterior. Encerrou agradecendo a referência do Ministério da Economia pela atuação conjunta com o Itamaraty na negociação de acordos de comércio eletrônico.

O Sr. Mario Marchini da AMCM informou que tem havido demora na liberação do *drawback* (podendo chegar a 90 dias) e consequentes atrasos ao processo produtivo.

A Sra. Constanza Biasutti da CNI comentou sobre a importância do Encontro de Reguladores. Contudo, a seu ver, necessita de institucionalidade, já que cada órgão anuente tem sua vida própria. Para ela, a constituição de um marco institucional permitiria criar uma agenda regulatória de comércio exterior que tenha sustentabilidade.

O Sr. Márcio Lima da CAMEX informou que o Projeto de Lei da expatriação de mão de obra está inserido no âmbito do Plano Nacional de Investimentos e que os diálogos com a Receita Federal estão bastante avançados.

O Sr. Leonardo Lahud da SECEX confirmou a importância do Encontro de Reguladores para a SECEX e esclareceu que a intenção não é criar um foro adicional e sim aproveitar a estrutura já existente. Considera-se, inclusive, criar um grupo específico dentro desse foro com a participação do setor privado para discussões mais focadas. Sobre comentário a respeito do *drawback*, informou que a carta enviada pelo Secretário Fendt em 26/02/2021 continha informações detalhadas sobre a situação.

A Sra. Natasha Miranda da SEPEC confirmou que o Encontro de Reguladores não pretende se institucionalizar e também não vê a institucionalização como necessária para se avançar na demanda do CONEX. Acrescentou que os reguladores estão bastante engajados no compartilhamento de experiências e na troca de informação.

Agradecendo todos os comentários, a Secretária Ana Repezza conduziu a migração da iniciativa 4.2.5 (ampliação da digitalização) para o estágio de elaboração de recomendação, conforme sugestão do Sr. Fabrizio enviada por *chat*, além da solicitação da Sra. Grazielle para que o texto mencione ambos os

certificados: sanitário e fitossanitário. O Sr. Leonardo confirmou que plano de trabalho do CONFAC inclui tanto sanitário quanto fitossanitário.

Dessa forma, a Secretária Ana Repezza concluiu que todas as iniciativas Eixo 2 foram aprovadas [02:09:03].

Deliberação do Eixo 3 – Financiamento às Exportações

O Secretário Carlos Pio apresentou as quatro iniciativas do Eixo 3:

- Estágio de elaboração de recomendação: garantia, ampliação e previsibilidade orçamentária dos mecanismos de apoio; exclusão da ABGF do Plano Nacional de Desestatização e manutenção de sua competência de operador de seguro de crédito à exportação.

- Estágio de monitoramento: adoção de medidas para modernizar, fortalecer e preservar o sistema público de financiamento às exportações e investimentos / Revisão das competências de formulação e operacionalização dos órgãos anuentes / Simplificação do processo de financiamento ou redução no prazo de aprovação; avanço no financiamento de aeronaves de defesa.

Após detalhar cada uma das iniciativas, o Secretário Carlos Pio abriu a palavra para comentários.

O Sr. Francisco Gomes Neto da Embraer parabenizou as equipes técnicas pela qualidade dos materiais elaborados. Primeiramente comentou a falta de previsibilidade orçamentária, pois não tem havido recursos disponíveis do Proex-Equalização e do orçamento do FGE para novas exportações de 2021. Como exemplo, citou o fato de o COFIG ter negado um financiamento para oito aeronaves de um cliente norte-americano. Em seguida, ressaltou a importância de se manter ABGF até que se tenha um novo sistema. Por fim, pediu que se incluam os equipamentos de defesa (a exemplo de radares) no tema das aeronaves de defesa.

O Sr. Fabrizio Panzini da CNI concordou com as propostas. Reconheceu que a previsibilidade orçamentária depende do Legislativo, mas em parte também do Executivo. Relembrou aos membros do grupo que têm uma visão crítica do mecanismo de financiamento às exportações que outros países também fazem uso de instrumentos similares, de forma intensa e mais ampla que o Brasil, com regras muitas vezes até mais favoráveis. Por último, sobre garantias aos investimentos brasileiros no exterior, afirmou ser o Brasil o único, entre os grandes players do comércio internacional, a não ter o mecanismo. Considera importante que se inicie essa discussão no Brasil, uma vez que ajudaria as médias empresas a se internacionalizarem.

O Secretário Carlos Pio agradeceu as falas da EMBRAER e CNI. Reafirmou o compromisso do Ministério da Economia de que não haverá liquidação da ABGF antes de se ter um sistema funcional, independentemente de estar ou não no Plano Nacional de Desestatização. Reafirmou a importância da previsibilidade orçamentária, razão da reforma do sistema de apoio oficial às exportações, permitindo a entrada de agentes privados. Neste sentido, destacou o apoio de alguns dos membros do CONEX, em particular, o *Trade Finance Committee* do ICC Brasil. Anotou o ponto trazido pela CNI: como trabalhar a oferta de garantias para investimentos brasileiros no exterior. Concordou que é muito útil, para toda a base industrial de defesa, acrescentar equipamentos.

A Secretária Ana Repezza concluiu que todas as iniciativas Eixo 3 foram aprovadas [02:29:02].

Deliberação do Eixo 4 – Promoção Comercial

A Secretária Ana Repezza apresentou as iniciativas do Eixo 4, todas em estágio de elaboração de recomendação: fortalecer a imagem dos produtos e serviços brasileiros no exterior; reforçar as ações de

promoção comercial para o setor de serviços; buscar soluções digitais para ampliar a presença brasileira em mercados estratégicos.

Após detalhar cada uma das iniciativas, a Secretária abriu a palavra para comentários.

O Sr. Ricardo Bihl da Petruz afirmou já estar trabalhando nessa comunicação na Europa e se dispôs a contribuir, uma vez que a imagem do Brasil está prejudicada não apenas pela Amazônia, mas também pela pandemia.

O Sr. Ailtom Nascimento da Stefanini se posicionou favorável à digitalização, por ter sido levantada pela Stefanini na última reunião e ir de encontro às propostas de modernização na questão de facilitação de comércio. Dispôs-se a colaborar com ações e recomendações para o alinhamento com as novas tecnologias e em conformidade com regras globais.

A Sra. Grazielle Parenti da BRF citou que, no agronegócio, não é possível dissociar o país do produto. Desta forma, apoia a reativação do PANAGRO, envolvendo a CNA, o MRE e liderado pela própria Apex.

O Sr. Fabrizio Panzini da CNI informou que o Comitê Nacional de Promoção Comercial (Copcom) continua sendo uma demanda da área de serviços de internacionalização da CNI, e assim perguntou aos Secretários da CAMEX se o Copcom faria sentido para coordenar os movimentos e a governança toda de promoção comercial. Acrescentou ainda, outra demanda da agenda internacional da CNI: a simplificação do ATA Carnê. Por fim, colocou-se à disposição contribuir com a questão digitalização dada a experiência da CNI neste assunto.

Agradecendo todos as manifestações, a Secretária Ana Repezza esclareceu que todas as recomendações que serão elaboradas poderão receber comentários dos membros do Conselho, indistintamente. Respondeu que a composição do antigo Copcom está refletida no Conselho Deliberativo da Apex, dispensando, portanto, em sua opinião, a necessidade de colegiado. A iniciativa de se estudar o ATA Carnê com vistas a melhoria e desburocratização será incluída.

A Secretária Ana Repezza concluiu que todas as iniciativas do Eixo 4 foram aprovadas, com a inclusão de uma iniciativa relacionada ao ATA Carnê [02:45:03].

Deliberação do Eixo 5 – Governança

A Secretária Ana Repezza apresentou a iniciativa do Eixo 5 em estágio de discussão: mapeamento de processos CONEX. Após detalhar a iniciativa e seus benefícios no sentido operacionalizar a interação do CONEX com os demais colegiados da CAMEX, a Secretária abriu a palavra para comentários.

O Sr. Fabrizio Panzini da CNI informou suas expectativas de que algumas questões relacionadas a governança dos grupos da CAMEX fossem endereçadas, a exemplo do regimento interno do Comitê de Alterações Tarifárias (CAT) e o status de criação do Comitê de Defesa Comercial e Interesse Público (CDCIP). Demonstrou também preocupação com subsídios industriais e práticas desleais, cujo mapeamento seria realizado pela CAMEX, segundo informação obtida do SDCOM.

A Secretária Ana Repezza esclareceu que essa iniciativa de governança é relacionada à governança do CONEX e não da CAMEX, logo não estariam englobados nessa iniciativa. Porém, esclareceu que nada impede que o CONEX decida por publicar recomendações relacionadas.

Sem mais comentários, a Secretária Ana Repezza concluiu que a iniciativa do Eixo 5 foi aprovada [02:52:54].

Concluindo este item da agenda, a Secretária comunicou que o documento refletindo as discussões da presente reunião será publicado e circulado entre os participantes no prazo de uma semana. Por fim,

informou que, no momento em que for realizada a primeira avaliação de resultado do Plano de Trabalho, prevista para julho, poderão ser incluídas novas iniciativas, conforme os membros julgarem necessário.

Item 4 - Participação dos membros do CONEX no mapeamento dos processos de alteração tarifária da CAMEX

A Secretária Ana Repezza informou que, no contexto da consultoria da SE-CAMEX com a CGU para melhoria da governança dos colegiados da CAMEX, nesse momento, está sendo conduzido o mapeamento de riscos do Comitê de Alterações Tarifária (CAT). Já foi feita uma primeira etapa de avaliação interna. No entanto, falta ainda uma visão das empresas que utilizam os mecanismos de alteração tarifária temporária (LETEC, LEBIT, CT-1). Dessa forma, convidou as empresas e entidades representativas que compõem o CONEX a responder, em caráter voluntário, um questionário para auxiliar o mapeamento dos processos e riscos. A CGU pretende circular o questionário no final do mês de abril.

A Secretária Ana Repezza encerrou agradecendo a participação de todos. Na sequência, o Secretário Carlos Pio também agradeceu a disposição do grupo ao trabalho e por todas as incentivos, críticas e sugestões à reformulação.

Item 5 – Outros assuntos

O Secretário Roberto Fendt expressou sua satisfação de retomar esse colegiado, refletindo, por um lado a diversidade natural de uma economia já bastante sofisticada, e por outro a entrada de contribuições relevantes para a orientação da política comercial brasileira.

O Secretário Roberto Fendt discorreu sobre as recentes mudanças no Imposto de Importação para BIT e BK, uma redução de 10%, equivalente em média a um ponto percentual, sendo o maior 1,6 ponto de porcentagem para as NCMs que estiverem no máximo da alíquota (16%). Para mais detalhes, sugeriu que os participantes assistam a coletiva de imprensa disponível no YouTube, em que todos os aspectos foram cobertos.

Nas considerações finais, o Secretário Roberto Fendt afirmou satisfação com o clima das conversações desta reunião. Agradeceu a dedicação de todos os envolvidos para se chegar ao almejado: uma economia mais competitiva que preserva e aumenta empregos, sem distinção de destino das exportações e de origem do investimento estrangeiro no Brasil, que possa contribuir no fundo e ao cabo para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. Assim, declarou a reunião encerrada.

ROBERTO FENDT JUNIOR

PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DO SETOR PRIVADO



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Fendt Junior, Secretário(a) Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais**, em 23/12/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16907376** e o código CRC **A7722CB2**.

Referência: Processo nº 19971.100211/2021-25

SEI nº 16907376